



OS ESPAÇOS-TEMPOS MBYÁ GUARANI: ENTRE ESTRANHAMENTOS E APRENDIZAGENS NO PROCESSO DE REGISTRO DE SEUS CALENDÁRIOS¹

Juliana Lemes Ramos
Luana Cristina de Mello
Nelson de Castro Veríssimo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões tecidas em estudos e debates realizados por ocasião da elaboração dos calendários Mbyá Guarani de duas Terras Indígenas (TIs): Tekoa² Araçai e Tekoa Guaviraty, ambas localizadas na região litorânea, a primeira, a sotavento da Serra do Mar, no município de Piraquara/PR e a segunda na planície litorânea, no município de Pontal do Paraná/PR³. Ambos foram produzidos no contexto do projeto de Pesquisa (ensino e extensão) do Coletivo Geo-grafando os territórios, que atua no registro e elaboração de materiais educacionais com as comunidades indígenas Mbyá Guarani desde 2017. O objetivo do grupo desde esse período, é registrar e auxiliar na produção de materiais educativos com as comunidades que podem ser utilizados em seus processos formativos, tanto no âmbito da educação formal (escolar) como da não formal (movimento indígena), haja vista as especificidades de seus modos de existência – conhecimentos esses relevantes para resistirem nos seus territórios de vida e, no atual momento, também para a demarcação e homologação das TIs. Outra justificativa dos trabalhos que o coletivo vêm realizando (elaboração de cartografia social, calendários, oficinas e outros materiais educacionais) e que também refere-se ao trabalho com os calendários, é o fato de que cada TI necessita de registros dos seus saberes em relação aos ecossistemas locais para serem utilizados nas salas de aula dos diferentes níveis de ensino da educação escolar indígena. Nas escolas das TIs de atuação: educação infantil, anos iniciais e finais do

¹ Trabalho resultante do projeto de pesquisa (ensino e extensão) intitulado: Da minha janela vejo o mundo: cartografias sociais, geografias locais e produção de materiais educacionais, elaborado pelo coletivo Geo-grafando os territórios (Universidade Federal do Paraná/Litoral), coordenado pela profa. Dra. Ângela Massumi Katuta.

² Apesar das problemáticas vinculadas à tradução pois jamais compreenderemos as palavras Mbyá Guarani na perspectiva dessa etnia por sermos juruá (não indígena, em tradução literal: cabelo na boca), esse termo pode ser entendido como lugar e território que reúne todas as condições espirituais e materiais adequadas para a manutenção do modo de vida Mbyá Guarani.

³ Apesar de estar no planalto, a Tekoa Araçai está sob os cuidados da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) litoral pois tem fortes laços comunitários e de parentesco com as TIs da região litorânea.



ensino fundamental, educação de jovens e adultos (EJA) nos seus diversos níveis: ensino fundamental e médio.

Os modos de vida indígenas foram tecidos ancestralmente em profunda conexão e simbiose⁴ com os ecossistemas locais, em função disso, apesar de habitarem a mesma região da mata atlântica, as características ecossistêmicas e os conhecimentos sobre os espaços e tempos de cada Ti são distintos. Por isso, cada comunidade tem singularidades no tocante à sua organização espaço temporal ao longo do ano, possuindo práticas sócio territoriais distintas, relacionadas às suas ancestralidades, sobretudo aos modos como foram se organizando e produzindo seus territórios. Por isso, auxiliamos no registro e sistematização de dois calendários, um de cada terra indígena.

A sistematização do calendário feita com as comunidades que habitam as TIs Mbyá Guarani Araçaí e Guaviraty, cuja experiência ora registramos, teve como objetivo, por meio de oficinas com professores e estudantes das escolas - Mbyá Arandú Escola Estadual Indígena de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Guavira Poty Escola Estadual Indígena de Educação Infantil e Ensino Fundamental -, auxiliar na elaboração de dois calendários disponibilizados dentre outros, para uso em sala de aula nos diferentes níveis de ensino e por distintos professores. Assim, relatamos no presente as reflexões oriundas dos estudos, debates e experiências de registro, sobretudo os estranhamentos e aprendizagens gerados quando da produção do material.

O trabalho foi realizado ao longo dos anos de 2024 a 2025 envolvendo estudantes e professores de ambas as escolas que elaboraram o calendário (Figura 1), juntamente com a equipe do projeto que auxiliou em sua digitalização e organização final. Foram realizados ao menos um trabalho de campo ao mês em cada uma das TIs. Em cada encontro, foram realizadas oficinas de planejamento, de desenhos, de diálogos sobre cada um dos tempos (tempo quente ou novo - AraPyaú, tempo frio ou velho - Araymã) e suas características em cada mês, as práticas sociais e as transformações ecossistêmicas ao longo do ano. Quando a primeira versão dos calendários ficou pronta, passamos a fazer revisões, ajustes, mudanças indicadas pelos professores, estudantes e membros da comunidade, bem como acertar detalhes que não estavam presentes no croqui dos calendários, visando melhorar a visualização e entendimento dos mesmos por indígenas e não indígenas. A imagem que segue apresenta

⁴ Relação estreita e de longa duração entre organismos de diferentes espécies e, podemos dizer, nesse caso, entre todos os entes de um ecossistema: espirituais, vivos e não vivos.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

ambos os calendários em sua versão preliminar (croqui), elaborada pelos professores e estudantes e em sua versão final, organizada e sistematizada pela equipe:

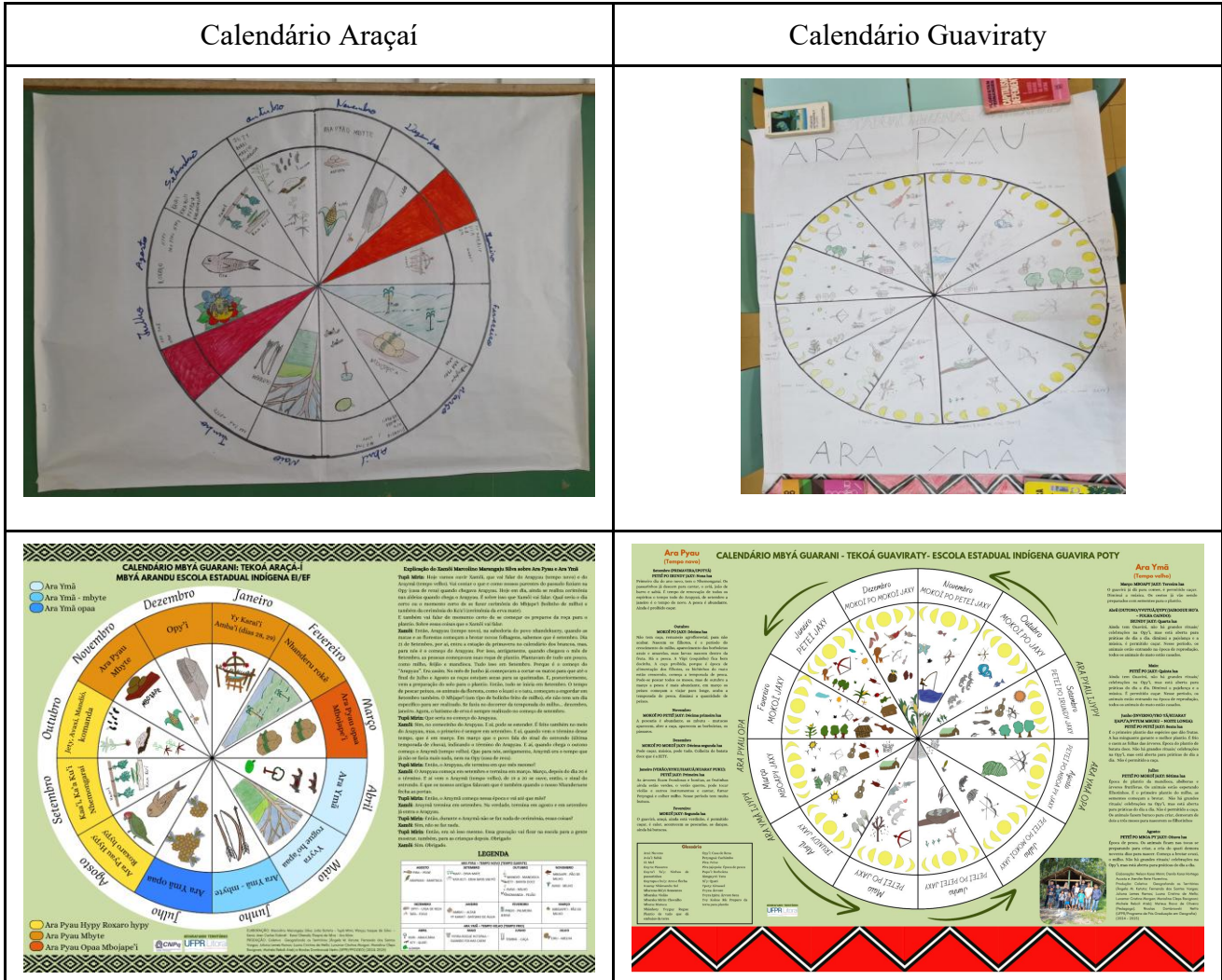


Figura 1 - Calendários - Croqui e Versão final. Organizado pelos autores (2025)

Importante destacar que foram realizadas várias oficinas desde o croqui, passando pela sistematização dos textos, das legendas dos calendários até fazermos os diálogos para ajustes. Nesse período, realizamos idas quinzenais e mensais às TIs. Agradecemos aos coletivos a co-laboração e as aprendizagens pois muito aprendemos nos processos de convivência com os Mbyá Guarani. De acordo com o professor Nelson de Castro Veríssimo, um dos autores deste trabalho e do calendário da TI Guaviraty: A importância deste calendário guarani é manter a nossa identidade, os conhecimentos e a sabedoria dos nossos ancestrais. Fortalecendo e mantendo a memória do nosso povo, permitindo que as futuras gerações possam reconhecer a importância do calendário para acompanhar e proteger os ciclos da vida e da natureza. Fizemos dois calendários indígenas de diferentes territórios pelo mesmo



motivo: reconhecimento e a valorização da nossa identidade e do nosso Território, para que o nosso povo guarani se fortaleça e mantenha a memória viva. Compartilhamos os registros de calendário para ter acessos às informações e para que a sociedade conheça as nossas histórias e lutas diárias na comunidade.

METODOLOGIA

A metodologia que vimos utilizando desde o início do trabalho e a que mais se adequou aos nossos princípios éticos e morais⁵ foi a pesquisa participativa em suas diferentes modalidades. Partimos do pressuposto que as comunidades com as quais trabalhamos não constituem objeto de pesquisa, pelo contrário, co-laboram ou trabalham conosco na elaboração de materiais que as mesmas definem como necessários, deliberando sobre suas características, conteúdos, layout e outros. Nos entendemos como viabilizadores no tecimento de materiais demandados pelas comunidades, processo este pleno de aprendizagens mútuas, às vezes, mais nosso do que delas, as quais consideramos como verdadeiras mestres, dada a ancestral falta de letramento racial, inerente à sociedade envolvente até o momento histórico atual, o que justifica ainda mais esse trabalho que influencia fortemente na formação de professores do curso de licenciatura em geografia da instituição e de agroecólogos.

De acordo com Peruzzo (2017, p. 165): “[...] a pesquisa participante consiste numa investigação efetiva a partir da inserção e na interação do pesquisador ou da pesquisadora no grupo, comunidade ou instituição investigado.” e pode ser agrupada em 3 modalidades: observação participante, participação observante e pesquisa ação. Essa última possui uma variante: a pesquisa ação participativa, utilizada pelo nosso coletivo porque seus referenciais e objetivos possuem alta aderência aos objetivos e modo de trabalho do coletivo, que exige confiança mútua, construída ao longo do tempo, no nosso caso, 8 anos de convivência com a comunidade TI Araçaí e, no caso da Guaviraty, aproximadamente 3 anos:

- a) O pesquisador se insere no grupo pesquisado e participa de todas as suas atividades, ou seja, ele acompanha e vive intensamente a situação concreta que abriga o “objeto” – agora elevado à condição de sujeito – de sua investigação.
- b) O investigador interage como membro do grupo, porém, há situações em que seu papel de pesquisador é nítido ao desempenhar a função de coordenar a investigação. Ao observar ele, ao mesmo tempo, se envolve, assume papéis no grupo e ajuda na mobilização em torno da pesquisa. Além de maturidade intelectual, se requer dele conhecimento acurado da metodologia da pesquisa-ação e capacidade de coordenar equipe.
- c) O pesquisador pode ser membro do grupo ou apenas se inserir nele para realizar a pesquisa.

⁵ Ética são os princípios e valores que orientam a vida humana e a moral são as normas e regras sociais de comportamento de um determinado grupo social.



d) O grupo pesquisado não só conhece os propósitos e as intenções do investigador, mas concordou previamente com a realização da pesquisa e colaborou na definição de seus traços fundamentais.

e) A pesquisa implica no engajamento das pessoas do grupo ou comunidade no processo da pesquisa. Estas participam da formulação do problema – pois o tipo de pesquisa decorre, em geral, de uma situação prática vista como problemática – e dos objetivos; ajudam no levantamento dos dados (aplicação de questionários, se for o caso); participam de reuniões, seminários, assembleias ou de grupos de discussão montados para tratar do tema da pesquisa; e se envolvem na discussão e interpretação dos resultados.

f) A pesquisa tem o propósito de contribuir para solucionar alguma dificuldade ou um problema real do grupo pesquisado, pois é vista como parte de um processo de geração de conhecimento coletivo capaz de ajudar na mobilização e nas mudanças pretendidas.

g) Os resultados – e o próprio processo da pesquisa – revertem em benefício do grupo, pois servem para o autoconhecimento e de subsídios para o encaminhamento de soluções demandadas in loco. Correlato a esse propósito, é natural que o pesquisador se comprometa a devolver os resultados finais da investigação ao grupo ou à comunidade pesquisada, além de facilitar o acesso aos próprios resultados parciais que podem ser discutidos no decorrer da pesquisa. (Peruzzo, 2017, p. 181-182)

Utilizamos como referências teórico metodológicas básicas neste trabalho: Baniwa (2019); Borges (2002); Cadogan (1959); Carvalho (2015); Ladeira (2014); Peruzzo (2017) cujos livros e artigos estudados nos auxiliaram em reflexões sobre: a educação escolar indígena, a categoria tempo dos Mbyá Guarani, as práticas sócio territoriais e as compreensões míticas desses povos vinculadas às suas espaço temporalidades e práxis, seus modos de estar e ser no mundo.

Segundo Borges (2002), o tempo para os Mbyá Guarani não se limita a uma sucessão cronológica, mas envolve dimensões simbólicas e míticas. Embora haja no âmbito ritual e simbólico uma dimensão de repetição, a exemplo dos ciclos nos calendários que marcam os rituais ao longo das estações, o autor mostra que não há um retorno idêntico a cada ano porque suas noções de tempo não são homogêneas. Verificamos que ao pensar seus calendários a partir de suas espaço-temporalidades e práticas sócio territoriais, AraPyaú (tempo novo ou quente) e Araymã (tempo velho ou frio) possuem ciclos distintos a cada ano, a depender das condições ecossistêmicas de cada área por eles habitada.

Com o auxílio de livros como o de Carvalho (2015) intitulado Mitos e Práxis: por uma antropologia marxiana, foi possível identificar vestígios de algumas práticas sociais indígenas ancestrais, forjadas durante o período neolítico, como por exemplo, a centralidade da noção de compensação no modo de vida indígena. Alguns povos coletavam seus alimentos e caçavam de acordo com o tempo e os ciclos da natureza realizando ações voltadas às trocas para compensar o elemento retirado do meio:

[...] se o caçador abater caça demasiada ou animais em época de reprodução, a ‘natureza se vingará’, e nos anos seguintes não haverá reposição suficiente das espécies caçadas. Se os recursos naturais que servem de alimento para os animais caçados forem destruídos, o efeito será o mesmo. [...] respeitar cada espécie em suas necessidades básicas de reprodução é,



justamente, também cuidar das condições de reprodução do próprio modo de produção da sociedade [...].’ (Carvalho, 2015, p. 20-21)

Verifica-se que tais noções demandam muitos conhecimentos sobre o funcionamento ecossistêmico, evidenciando que os povos indígenas cultivam em sua sabedoria ancestral a noção de que precisam devolver para a terra tudo o que dela é retirado, inclusive a energia. Muitas dessas ações e noções eram e são impulsionadas, fortalecidas e ensinadas às novas gerações através de mitos e tabus que auxiliam no escalonamento - uso escalonado, sazonal - dos animais caçados e alimentos coletados, tal como registrado nos calendários. Em outro trecho do livro, a mesma autora traz a seguinte afirmação:

É justamente essa necessidade de reestabelecer um equilíbrio (que é fundamental para as sociedades de caça, coleta, pesca e horticultura de floresta) que faz com que se pense (ou se represente) que a moça que se perdeu na floresta e não voltou à aldeia, o moço que saiu à caça e não retornou, sejam representados como “pagando” por animais caçados, se não devorados por eles, tornando-se cônjuges de espíritos-animais. (Carvalho, 2015, p. 23)

Esse entendimento simbiótico e cíclico de “a terra dá, a terra quer” (Bispo dos Santos, 2023) gerado pela noção de compensação, auxiliou que estes povos coletores e caçadores pudessem conviver (biointeração) com os outros elementos da natureza e se perpetuar por muitos mil anos, deixando marcas, costumes, hábitos, práticas sociais e territoriais que até os dias hoje estão presentes em grupos étnicos que têm convivência relacional entre si. Importante destacar que, em grande parte, tais sociedades sequer possuem uma palavra que remeta à natureza pois se compreendem como parte intrínseca dela, diferentemente da sociedade moderna ocidental capitalista que separa sociedade e natureza pois compreende o humano como um elemento a ela externo e que a domina.

Outra referência importante para nosso trabalho e processos de aprendizagem foi e está sendo o estudo, debate e reflexões em torno do livro *Ayyu Rapyta: textos míticos dos Mbyá Guarani de Guairá* de León Cadogan (1959) no qual o autor sistematiza os conhecimentos desse povo, por meio de entrevistas e conversas sobre um conjunto de elementos vinculados às suas espaço temporalidades, a exemplo do capítulo sobre a agricultura (Cap. XIII, p. 129 et seq.: Agricultura. Semeadura. Obtenção de chuvas. Orações. Ação de graças alimentar. Maturidade dos frutos). Nele, o autor registrou as normas de como os Mbyá Guarani cultivam algumas culturas alimentares e em que época entendem que seria o melhor momento de semear, colher, podar, por exemplo: “Maiz que se siembra en luna nueva no prospera. Al endurecerse el cogollo, se llena de gusanos. En caso contrario, aunque produzca



buenos granos, éstos se llenan pronto de gorgojos. Debido a estos hechos es que se dispuso que no se sembrara maiz el nula nueva.”⁶ (Cadogan, 1959, p. 129)

A obra de Cadogan (1959) bem como os outros estudos dos autores indicados anteriormente, juntamente com os diálogos por ocasião das oficinas de elaboração dos calendários, nos auxiliaram a compreender que tais conhecimentos foram produzidos a partir de muitos processos de observação e experimentação investigativa em cada um dos lugares por eles habitados. Como nos disse o Xamõi João da TI Guaviraty, cujo entendimento exemplifica didaticamente o que afirmamos: temos Avaty (milho nativo Guarani), mas não sabemos como e quando plantar, temos que fazer experiências para saber, porque cada lugar tem um jeito de funcionar. Assim, o encontro entre os referenciais teórico metodológicos, a ecologia de saberes efetivada nas oficinas de elaboração dos calendários foram momentos profícuos que geraram estranhamentos entre a cosmovisão não indígena e a Mbyá Guarani, resultando em muitas aprendizagens.

Baniwa em seu livro intitulado Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos aponta a importância de uma educação específica, atuando como mecanismo de fortalecimento e manutenção da cultura, quando feita por e para os povos indígenas.

[...] Avançar no campo de projetos pedagógicos específicos e diferenciados que deem conta das dimensões da educação ambiental, sustentabilidade, calendário escolar diferenciado e autônomo. Isso implica na necessidade de matrizes curriculares interculturais e específicas que contemplem as línguas indígenas (ensino, pesquisa e extensão), a oralidade, memórias e identidades indígenas, práticas pedagógicas tradicionais, intercâmbios de experiências pedagógicas, reconhecimento e valorização de sábios indígenas como formadores; reconhecimento, valorização e promoção dos saberes indígenas e por fim, materiais didáticos adequados e específicos que deem conta de toda essa especificidade e complexidade pedagógica e metodológica da escola indígena. (Baniwa, 2019, p. 265)

Foram essas reflexões acerca da necessidade de materiais didáticos específicos nas escolas que auxiliassem no trabalho com a especificidade e complexidade da cosmovisão dos Mbyá Guarani de ambas as TIs que vimos atuando até o presente momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os calendários foram elaborados em oficinas mensais e quinzenais realizadas ao longo de aproximadamente um ano e meio (2024/2025) com professores e estudantes em ambas as escolas indígenas. Iniciamos o processo tecendo diálogos em torno da relevância do registro do calendário

⁶ O milho plantado durante a lua nova não prospera. À medida que a espiga endurece, fica infestada de vermes. Caso contrário, mesmo que produza bons grãos, eles logo ficam cheios de carunchos. Devido a essas circunstâncias, decidiu-se não plantar milho durante a lua nova. (Tradução nossa).



Mbyá Guarani, pois o mesmo auxilia a compreender praticamente a quase totalidade das ações de ambos os grupos nos seus territórios de vida ou em seus territórios praticados. Em outras palavras, produzir o calendário era importante como meio de compreender a espaço temporalidade Mbyá Guarani em cada um dos territórios, seus conhecimentos sobre cada ecossistema, seus modos de organização nos territórios (territórios praticados), que auxiliam a compreender suas grafias na terra, ou suas geo-grafias.

Os dois calendários foram elaborados inicialmente em folha de papel de *flip chart* com canetões coloridos, giz de cera, lápis de cor e canetas hidrocor. Muitos conhecimentos acerca dos manejos ambientais feitos ao longo dos meses foram registrados por meio de entrevistas e oficinas, tais ações foram necessárias para que pudéssemos elaborar legendas e explicações acerca das práticas socioterritoriais inerentes aos modos de existência Mbyá Guarani de ambas as TIs. Desses processos, resultaram duas produções de calendários cujos elementos foram digitalizados em software livre de edição de imagens (*Gimp*). Na sequência, fizemos uma série de reuniões para apresentar os formatos, os desenhos, os layouts a fim de que professores, estudantes e membros das comunidades avaliassem, opinassem e definissem o formato final de ambos que, após anuência dos coletivos indígenas, foram impressos em formato de banner e em pdf, para serem disponibilizados para as escolas das referidas comunidades. Cada escola ficou com dois calendários a fim de que os estudantes e professores possam utilizá-los, inclusive em processos de estudo comparado.

O Calendário Mbyá Guarani da Tekoá Araçá-í da “Mbyá Arandu Escola Estadual Indígena EI/EF”, apresenta o registro do espaço-tempo da comunidade. Foi composto por um dodecágono, que divide os meses e fases temporais Mbyá Guarani (Arapyau - tempo novo e quente e Ara Ymã - tempo velho e frio), onde cada mês e período da sua temporalidade é composto por título descritivo na língua Guarani e por elementos ligados à territorialidade da comunidade. No calendário, foram feitas legendas das fases temporais traduzidas do Guarani para o português em diferentes cores e título em Guarani. Inserimos também um texto explicativo, resultante de uma entrevista do estudante indígena da EJA João Batista Tupã Mirin ao Xamõi Marcolino Marangaju Silva, traduzido do Mbya Guarani pelo primeiro para o português, em que o ancião explica a concepção cosmológica do espaço tempo Mbyá Guarani. A Figura a seguir apresenta o calendário da comunidade em seu formato final:



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOHNALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

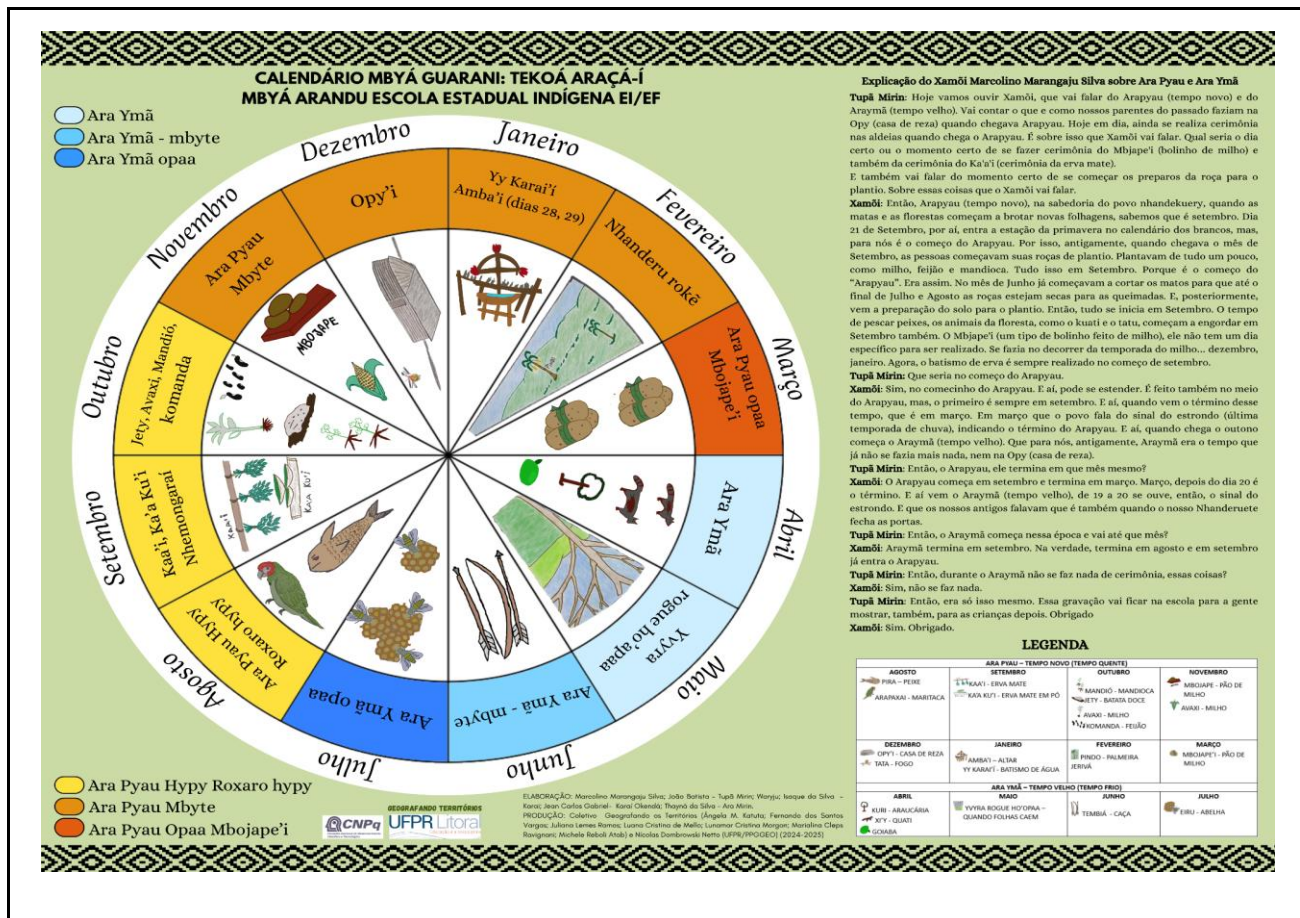


Figura 2 - Calendário da Comunidade Araçaí/Piraquara/PR.

A outra sistematização foi do Calendário Mbyá Guarani da Tekoa Guaviraty produzido pelo professor Nelson de Castro Veríssimo Karai Mirim - autor do presente artigo, juntamente com os estudantes Danilo Karai Hortega Acosta e Jhenifer Rete Florentino da escola estadual indígena Guavira Poty, como registro da espaço temporalidade da comunidade Guaviraty. Também composto por um dodecágono que divide os meses e fases temporais Mbyá Guarani (Ara Pyau e Ara Ymã), com subtítulos em Guarani e elementos da cosmologia, ecossistema e territorialidade da comunidade. Nas laterais inserimos textos explicativos, em português, de cada mês e fase temporal e também um glossário Guarani, visando facilitar a compreensão dos não indígenas. A figura 3 a seguir mostra o calendário em sua última versão:



e finaliza no dia 20 de dezembro; o verão inicia no dia 21 de dezembro e termina no dia 19 de março, o outono inicia no dia 20 de março e termina no dia 19 de junho e o inverno inicia no dia 20 de junho, terminando no dia 21 de setembro). Na tradição Mbya Guarani, as estações do ano são duas (tempo quente ou tempo novo - *Arapyaiú*, e tempo velho ou tempo frio - *Araymã*), cujo início vai depender, a cada ano, das transformações sazonais que ocorrem em um determinado espaço-tempo.

Assim, suas espaços temporalidades são tecidas a partir das transformações ocorridas em seus territórios e das ações efetivadas no contexto da cultura tradicional de geração a geração, enraizadas em suas ancestralidades que visam o constante equilíbrio, sustentado por profundas simbioses: “[...] A preocupação com um equilíbrio ou, melhor, com um reequilíbrio constante entre a comunidade humana e o que nós chamamos de “natureza” existe em todas as sociedades ditas “minimalistas”. Mas ela se expressa de formas diferentes em cada cultura”. (Carvalho, 2015, p. 52). As diferenças de modos de compreensão e de visão do espaço-tempo, em uma mesma etnia, puderam ser observadas no processo de elaboração dos calendários de ambas as TIs. Elas se diferenciam em termos de especificidades vinculadas ao funcionamento dos ecossistemas locais bem como aos aspectos culturais de cada um dos grupos.

Segundo Ladeira (2014), o Guata Porã representa o caminhar como expressão de vida e espiritualidade para o povo Guarani. Trata-se de uma tradição cultural desse povo de transitar e caminhar com suas comunidades em busca de manter harmonia com o ambiente evitando a escassez de alimentos e todo um conjunto de problemas vinculados ao devir em seus territórios. Muitos movimentos resultam em retomadas de terras em seus territórios ancestrais, expressando a conexão com a natureza e o espaço sagrado.

Borges (2002, p. 2) em seu artigo intitulado Os Guarani Mbyá e a categoria tempo afirma:

De forma que, conforme assegura Castoriadis (1992), cada sociedade cria, para si mesma e consubstancial ao seu modo próprio de ser, um tempo que lhe é próprio e que lhe confere a sua especificidade no conjunto das demais sociedades. O conjunto desses fenômenos forma uma dêixis temporal que indica, em cada caso, o momento propício para a realização das atividades individuais ou coletivas, sejam elas produtivas ou de lazer.

Desse modo, o tempo Mbya Guarani reflete uma construção social própria, característica de sociedades não eurocêntricas. Os Mbyá Guarani de ambas as TIs constroem e vivem a noção temporal a partir de elementos das suas práticas sociais, ou seja, das festas, dos ritos, dos momentos de reza na Opy (casa de reza), do plantio e da colheita, dentre outras referências marcadoras do tempo e espaço, inerentes aos seus modos de existência e cosmovisão.



Ambos os calendários sinalizam, uma compreensão processual e relacional dos tempo espaços: AraPyau e Ara Ymã, diferenciando-se a partir de marcações internas, já que cada Tekoá se encontra em localização geográfica distinta, sujeitas aos tipos de tempo e especificidades ecossistêmicas de região.

No AraPyau (tempo novo) em setembro, percebe-se a chegada desta estação a partir de um conjunto de elementos que se expressam no tempo e no espaço, como por exemplo a aparição de novos brotos de plantas na floresta, indicando o início do tempo novo. Este reinício, é a primavera, momento em que povos indígenas realizam o plantio de alguns alimentos nas suas roças (kokuê) tais como o milho (avaty), feijão (kumandá), mandioca (mani, mani'oka). Nesse período há cerimônias e batismos. Cerimônia do Ka'a'i (batismo da erva-mate), cerimônia do Mbojape'i (bolinho de milho), Nhemongarai (batismo do milho) e também o batismo das sementes sagradas. Muitas dessas cerimônias são realizadas dentro da Opy (casa de reza). É no AraPyau o momento de retorno das grandes cerimônias e pajelança dentro da Opy ou Opy'i.

Enquanto no calendário da Tekoá Araçá-í o AraPyau é dividido em três momentos, AraPyau Hypy (início do tempo novo), AraPyau Mbyte (meio do tempo novo) e AraPyau Opaa (fim do tempo novo). Observamos no calendário da Tekoá Guaviraty que a marcação de início, meio e fim das estações é realizada pela passagem das luas, como por exemplo Nova Lua marcando este reinício, a primavera.

Tanto no AraPyau Hypy quanto na Nova lua nesse período não se realizam a caça pois os animais da floresta estão com seus filhotes ainda pequenos. Em contrapartida, neste momento, a pesca é permitida pois os peixes são abundantes, próximo de março muda a dinâmica, quando os peixes viajam para longe para acasalar, diminuindo o ritmo da pesca.

Além das sinalizações Hypy, Mbyte e Opaa e as fases da Lua diferenciando os acontecimentos do AraPyau e Ara Ymã, a temperatura também é o elemento de percepção que marca a mudança das estações (no calendário da Tekoá Araçá-í representada com o círculo de cores quentes para as cores frias)

No AraPyau Mbyte, décima segunda Lua (meio do tempo novo), com o aumento da temperatura alguns animais se apresentam como marcadores ambientais com a presença da mbutu (mutuca), da borboleta azul e de alguns pássaros. Nesse período, a caça volta a ser permitida.

O AraPyau Opaa, segunda Lua (fim do tempo novo) é marcado por temperaturas altas, sinalizando o verão, com a presença das mbutu (mutucas), a realização da colheita do milho sagrado, a aparência bonita e frondosa das árvores e presença de alguns frutos, araçá e guavirá verdinhos



marcam este momento. Na T.I. Araçá-í percebe-se um evento chamado ‘sinal do estrondo’ última temporada de chuva, processo de transição de uma estação para outra, marcadora também do fim do AraPyau (tempo novo), trazendo consigo outono (Ara Ymã), em março, na terceira lua.

Assim como o AraPyau (tempo novo), o Ara Ymã (tempo velho), na Tekoá Araçá-í é representado por três momentos Ara Ymã Hypy (início do tempo velho), Ara Ymã Mbyte (meio do tempo velho), Ara Ymã Opaa (fim do tempo velho). A Terceira Lua na Tekoá Guaviraty marca seu início. Também representado como o período Yvyra rogue ho’apaa (quando as folhas caem), é neste momento do ano em que as folhas das árvores estão caindo e as noites são mais longas.

Entende-se a chegada do Ara Ymã como o tempo de recolhimento, diminuem a pajelança e as cerimônias na Opy, permanecendo somente as práticas do dia-a-dia. Neste momento, no início do Ara Ymã são aproveitados todos os recursos disponíveis do AraPyau Opaa (fim do tempo novo), como por exemplo: ainda se colhe o guavirá, enquanto as árvores vão perdendo suas folhas .

Todas as atividades vão baixando a vitalidade, inclusive na natureza, com a chegada do Ara Ymã Mbyte (meio do tempo velho), quinta e sexta lua. Também acontece o plantio de batata doce (jety) e de todos os alimentos que nascem embaixo da terra, possibilitando o desenvolvimento dessas plantas, já que acima do solo a temperatura do ambiente segue baixando.

O Ara Ymã Opaa (fim do tempo velho), engloba a sétima e oitava Lua. É o momento do plantio de abóboras, mandioca e árvores frutíferas, a caça é proibida, os animais estão em suas tocas gerando filhotes, até darem a luz pode demorar até três meses. A pesca acontece também nesse tempo. Os milhos sagrados (avaty) que foram plantados começam a brotar, representando a transição do Ara Ymã Opaa (fim do tempo velho) para o AraPyau (início do tempo novo) dando continuidade aos ciclos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sistematização dos calendários percebemos organizações espaço temporais fundamentadas na relação de coabitação dos Mbyá Guarani com os outros elementos do ambiente, sejam espécies animais, vegetais e entidades espirituais. A divisão das estações do ano em duas: *AraPyau* (tempo novo, quente) e *Ara Ymã* (tempo velho, frio) são comuns em ambos os calendários, diferenciando-se levemente no modo como ambos os tempos se realizam ao longo dos meses, bem como as ações dos Mbyá nesses ecossistemas. Verificamos também conhecimento refinado e respeito aos ciclos naturais de cada espécie de animal, vegetal, cujo manejo depende das estações do ano, dos tipos de tempo, de outros seres vivos, tudo isso vinculado à sua espiritualidade e cosmovisão. Neste contexto, verificamos que as vidas nas comunidades estão orientadas pelos ciclos de *AraPyau* e *Ara*



Ymã, modos esses de existir bastante distintos da sociedade envolvente, cujas ações poucos lastros possuem com a sazonalidade das estações do ano, expressando seu distanciamento dos ciclos do planeta. Certamente uma das grandes aprendizagens do processo, enquanto não indígenas, foi que as transformações temporais podem e são vistas a partir das transformações e ações que ocorrem nos diferentes espaços. Assim, com as estações do ano há mudanças nas práticas sociais e espaciais, o tempo quente *AraPyau* orienta as comunidades para a abertura, para a externalidade, já no tempo velho *Ara Ymã*, é o período do recolhimento, em que diminuem os encontros e festividades. Contudo, o que se observa em muitas escolas indígenas é a centralidade das aprendizagens fundadas naqueles conhecimentos impostos pela sociedade envolvente, sobretudo no que diz respeito à imposição de um currículo homogeneizado a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em detrimento dos conhecimentos ancestrais dos povos originários.

Assim, compreende-se que a educação escolar indígena necessita ser fortalecida e pensada com a comunidade na qual está inserida, em uma relação de respeito, colaboração e ecologia de saberes. Dessa maneira, entendemos que os processos educacionais de aprendizagem escolares nas escolas das TIs devem estar centrados nos conhecimentos da comunidade, estabelecendo uma relação de confluência de saberes: “[...] Sugere-se, assim, em primeiro lugar, que os saberes indígenas, quilombolas e de outras populações culturalmente diferenciadas tenham o mesmo valor que os de uma matriz epistêmica eurocêntrica.” (Baniwa, 2019, p. 287). Assim, não se trata de valorizar uma tradição em detrimento da outra, senão colocá-las em diálogo visando a ampliação das aprendizagens em um contexto de ecologia de saberes.

No tecimento do calendário, pesquisas e diálogos com os anciões (xamõi) das comunidades foram realizadas. De acordo com as entrevistas, eles afirmam: o nosso calendário já existia há milhares de anos, os nossos ancestrais tinham um conhecimento e a sabedoria através das observações do tempo, dos ciclos da vida e da natureza, diferentemente do calendário dos Juruá ou dos não indígenas.

Palavras-chave: Calendário Mbyá Guarani; Aprendizagens; Registro; Educação Escolar Indígena; Espaço temporalidade.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. 296p.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112p.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

BORGES, L. C. **Os Guarani Mbyá e a categoria tempo.** Tellus, Campo Grande, ano 2, n. 2, p. 105-122, abr. 2002.

CADOGAN, L. **Ayvu Rapyta: textos míticos de los Mbyá Guarani del Guairá.** Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 227, 1959. 225p.

CARVALHO, S. M. S. **Mitos e Práxis: por uma antropologia marxiana.** São Paulo: Terceira Margem, 2015. 268p.

LADEIRA, M. I. **O caminhar sob a luz: Território mbya à beira do oceano.** São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista/CTI, 2014.

PERUZZO, C. M. K. **Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação.** Estudios sobre las Culturas Contemporáneas Época III, Colima, V. XXIII. Número Especial III, p. 161-190, 2017.